

Gênero, raça/etnia, classe e cultura corporal: um balanço crítico da produção do conhecimento na formação de professores e na Educação Física escolar (2003–2025)

RESUMO

Analizamos criticamente a produção do conhecimento sobre gênero, raça/etnia, classe e cultura corporal na formação de professores e na Educação Física escolar brasileira, considerando dissertações e teses produzidas entre 2003 e 2025. A investigação identificou tendências epistemológicas, limites teórico-metodológicos e implicações político-pedagógicas dessa produção. A pesquisa bibliográfica e documental do balanço da produção do conhecimento identificou 71 produções no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, das quais 11 atenderam aos critérios de inclusão. Os dados analisados a partir da matriz epistemológica adaptada de Silva e Gamboa (2014) evidenciaram: o predomínio de abordagens multiculturais, pós-críticas, interculturais e decoloniais, com presença minoritária do materialismo histórico-dialético. Conclui-se que, embora tenha ocorrido ampliação do debate sobre relações étnico-raciais e educação antirracista, persistem limites na intersecção raça/etnia, gênero e classe. Reafirmamos a necessidade de fortalecimento da produção do conhecimento fundamentada no materialismo histórico-dialético, orientada pela realidade em sua totalidade concreta e, pelas intersecções raça/etnia, gênero e classe como determinações historicamente produzidas no interior das contradições destrutivas do capitalismo.

Palavras-chave: Educação física escolar; Cultura corporal; Relações étnico-raciais; Formação de professores; Materialismo histórico-dialético

Celi Nelza Zulke Taffarel

Doutorado em Educação
Universidade Estadual de Campinas
Campinas, SP, Brasil.
Coordenadora Rede LEPEL
cnztaffarel@uesc.br
<https://orcid.org/0000-0003-3593-4279>

Jackeline Santana Gomes Almeida

Doutoranda em Educação
Universidade Estadual de Santa Cruz,
Ilhéus, BA, Brasil
jsgalmeida.ppge@uesc.br
<https://orcid.org/0009-0000-9387-4628>

Jaildo Calda dos Santos Vilas Bôas Junior

Doutorando em Educação
Universidade Federal da Bahia
Salvador, BA, Brasil
vilasboasjr1@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-4112-2309>

Gender, race/ethnicity, class and body culture: a critical assessment of the anti-racist struggle in the production of knowledge concerning teacher training and school Physical Education (2003–2025)

ABSTRACT: This study critically analyzes knowledge production on gender, race/ethnicity, class, and body culture in teacher education and Brazilian school Physical Education, considering master's dissertations and doctoral theses produced between 2003 and 2025. The investigation identified epistemological trends, theoretical-methodological limits, and political-pedagogical implications of this body of research. This bibliographical and documentary study, configured as a review of knowledge production, identified 71 studies in the CAPES Theses and Dissertations Catalog, of which 11 met the inclusion criteria. The data, analyzed through an epistemological matrix adapted from Silva and Gamboa (2014), revealed the predominance of multicultural, post-critical, intercultural, and decolonial approaches, with limited presence of historical-dialectical materialism. The findings indicate that, although the debate on ethnic-racial relations and anti-racist education has expanded, significant limitations remain in the intersection of race/ethnicity, gender, and class. The study reaffirms the need to strengthen knowledge production grounded in historical-dialectical materialism, oriented toward understanding reality in its concrete totality and race/ethnicity, gender, and class as historically produced determinations within the destructive contradictions of capitalism.

Keywords: School physical education; Body culture; Ethnic-racial relations; Teacher education; Historical-dialectical materialism

Género, raza/etnia, clase y cultura corporal: un balance crítico de la lucha antirracista en la producción de conocimiento sobre la formación docente y la Educación Física escolar (2003–2025)

RESUMEN: Este estudio analiza críticamente la producción del conocimiento sobre género, raza/etnia, clase y cultura corporal en la formación docente y en la Educación Física escolar brasileña, considerando tesis de maestría y doctorado producidas entre 2003 y 2025. La investigación identificó tendencias epistemológicas, límites teórico-metodológicos e implicaciones político-pedagógicas de esta producción. La investigación bibliográfica y documental, configurada como un balance de la producción del conocimiento, identificó 71 trabajos en el Catálogo de Tesis y Disertaciones de la CAPES, de los cuales 11 cumplieron los criterios de inclusión. Los datos, analizados mediante una matriz epistemológica adaptada de Silva y Gamboa (2014), evidenciaron el predominio de enfoques multiculturales, poscríticos, interculturales y decoloniales, con presencia minoritaria del materialismo histórico-dialéctico. Se concluye que, aunque se ha ampliado el debate sobre las relaciones étnico-raciales y la educación antirracista, persisten limitaciones en la intersección entre raza/etnia, género y clase. Se reafirma la necesidad de fortalecer la producción del conocimiento fundamentada en el materialismo histórico-dialéctico, orientada por la comprensión de la realidad en su totalidad concreta y por la interpretación de raza/etnia, género y clase como determinaciones históricamente producidas en el marco de las contradicciones destructivas del capitalismo.

Palabras clave: Educación física escolar; Cultura corporal; Relaciones étnico-raciales; Formación docente; Materialismo histórico-dialéctico

INTRODUÇÃO

Tratar questões de “gênero, raça/etnia¹, classe e cultura corporal” nos impõe exigências entre as quais destacamos: a consideração da história e, em especial, da formação social brasileira; a compreensão da realidade concreta atual do Capitalismo e da Economia Mundial; a visão de totalidade, rigorosidade e radicalidade.

A consideração da história (Wood e Foster; 1999) diz respeito a uma crítica sólida das condições capitalistas que resulta da história dos modos de produção e reprodução da vida, desde os primórdios (Engels; 1876), nas condições básicas de relações de produção, pelo trabalho, entre os seres vivos e a natureza, até a atualidade da economia mundial com base no capitalismo (Marx; 2013; 2014; 2017), em especial a formação social brasileira, com mais de 400 anos de economia monopolista, escravista, racista (Bastide e Fernandes, 2008; Fernandes, 2017; Moura, 1984; Carneiro, 2005). Desde as formações econômicas pré-capitalistas (Marx, 1977), com suas diferentes formas de organização econômica que já existiram, como comunidades tribais, sociedades com propriedade comunal da terra, economias agrícolas do mundo antigo e estruturas sociais feudais da idade média até a economia capitalista. Essas formações apresentaram características específicas relacionadas à organização do trabalho, propriedade dos meios de produção, distribuição da riqueza, relações de gênero, raça/etnia e classes sociais.

A compreensão da realidade concreta atual exige reconhecer que a humanidade se encontra inserida em uma sociabilidade estruturada pelo modo de produção capitalista. Conforme argumenta Montoro (2023), trata-se de um sistema incompatível com a soberania dos povos, a preservação do meio ambiente, a efetivação da democracia e, com a consolidação dos direitos históricos da classe trabalhadora. As guerras, a crise climática, a instabilidade democrática e o avanço da retirada de direitos constituem manifestações objetivas das contradições inerentes à reprodução do capital.

A totalidade, rigorosidade e radicalidade (Saviani, 2013) diz respeito a visão de mundo que nos permite estabelecer nexos e relações entre o geral, o particular e o singular, reconhecendo contradições, mediações, possibilidades superadoras entre o sistema capitalista, a educação e as especificidades das questões de gênero, raça/etnia, luta de classes e cultura corporal.

Compreendemos que as questões de gênero, raça/etnia e classe constituem determinações históricas produzidas no desenvolvimento das relações sociais. Elas expressam tanto as formas de opressão e exploração vivenciadas pelas mulheres, pelos povos originários e pelos diferentes grupos étnico-raciais quanto as contradições inerentes às sociedades divididas em classes, marcadas pela disputa entre interesses antagônicos.

É nesta problemática mais geral que diz respeito às relações de produção e reprodução da vida humana em sociedade que, seguindo a orientação editorial do presente número do periódico *Motrivivência*, delimitamos o problema da investigação relacionado com a intersecção entre gênero, raça/etnia, classe e a cultura corporal na Formação de Professores e na Educação Física Escolar presentes em dissertações e teses produzidas no Brasil.

¹ Utilizamos a expressão raça/etnia por compreender que, embora o conceito biológico de raça tenha sido cientificamente superado, a categoria raça permanece necessária para a compreensão das formas históricas de classificação, hierarquização e dominação que estruturam o racismo na sociedade brasileira. Conforme argumenta Munanga (2004), a inexistência biológica das raças não elimina sua eficácia social e política. Ao mesmo tempo, a categoria etnia permite evidenciar dimensões históricas, culturais e identitárias dos diferentes grupos sociais. A utilização da expressão raça/etnia compreende a unidade contraditória entre os processos de racialização produzidos historicamente pelo colonialismo, pela escravização e pelo capitalismo e as especificidades culturais dos povos e grupos étnicos que compõem a formação social brasileira (Munanga, 2004; Moura, 1988; Carneiro, 2005). A categoria raça/etnia não é empregada aqui como atributo biológico dos indivíduos, mas como determinação histórica produzida e reproduzida nas relações sociais que sustentam a formação social capitalista brasileira.

É possível constatar, em diferentes fontes historiográficas, que as manifestações da cultura corporal já estavam presentes entre os povos originários que habitavam o território posteriormente denominado Brasil. Entretanto, esses povos foram submetidos a processos de expropriação territorial, violência, genocídio e destruição de suas formas de vida desde a invasão portuguesa iniciada em 1500. Esse processo integrou-se à expansão do capitalismo mercantil europeu, baseada na exploração colonial, na apropriação de recursos naturais e na utilização do trabalho escravizado de povos africanos e indígenas (Luxemburgo, 2022; Bauvert, 2023).

Também é possível constatar a barbárie do período escravista e, simultaneamente, as formas de resistência cultural produzidas pelas populações africanas escravizadas. Muitas manifestações da cultura corporal, como a Capoeira, o Samba de Roda do Recôncavo Baiano, a Arte Kusiwa – Pintura Corporal e Arte Gráfica Wajãpi, o Frevo, foram perseguidas, silenciadas ou marginalizadas ao longo da história brasileira. Apesar disso, resistiram aos processos de dominação e hoje integram o patrimônio cultural brasileiro e, em diversos casos, o patrimônio cultural imaterial da humanidade, evidenciando a resistência histórica das contribuições africanas, indígenas e populares para a formação cultural do país (IPHAN, 2026).

Assim, também, é possível constatar em fontes históricas documentais e bibliográficas as raízes europeias da Educação Física (Soares, 2017; Marinho, 1945; S/D; Oliveira, 1983; Ghiraldelli, 1988; Castellani, 1988; Oliveira, 2012), desde a sua inclusão nos currículos escolares, à formação de professores, que nasce em instituições militarizadas, com influência de concepções eugenistas, higienistas, racistas, em que prevaleciam as concepções médicas, biologicistas, competitivistas, tecnicistas até as políticas públicas de esporte submetidas aos organismos internacionais (Melo, 2011; Bracht 1986; Damiani, 2021)

Os estudos revelam como a Educação Física no Brasil torna-se um modo de sujeitar e domesticar. Isto pode ser verificado nos estudos sobre o trabalho pedagógico nas escolas, o currículo escolar, a formação de professores, as políticas públicas de Estado e Governos (Damiani, 2021), a produção do conhecimento científico (Taffarel, Hack, Albuquerque, Morschbacher, 2025^a; 2025^b). Conhecimento científico que se queria “neutro” para formar “o bom cidadão da pátria”. Este projeto de nação veio sendo implementado com mecanismos sofisticados e pelo poder político da burguesia, que através do aparato legal sustentou a ideia de responsabilizar a escola pelo desenvolvimento da aptidão física, visando priorizar os mais altos, mais fortes e mais velozes. Isto produziu efeitos entre os quais o racismo estrutural no esporte, com negações de oportunidades, em especial a população negra, periférica, pobre, as mulheres, as pessoas com deficiência, os povos originários e a classe trabalhadora. Exercia-se o controle legitimado pelos conhecimentos científicos higienistas, eugenistas, militaristas e nacionalistas. Na atualidade, constatamos o controle ideológico da cultura corporal através de tecnologias sofisticadas vendidas em academias, avanços científicos que vendem ilusões de corpo perfeito, liberdade, beleza, felicidade, prometendo modelar, corrigir e melhorar o visual. Como nos alerta Medina (1983; 2010) – prometem cuidar do corpo e continuam mentindo (Húngaro, 2020). O que constatamos é o projeto da branquitude de criar uma humanidade perfeita, saudável, pura, branca e alta. E o faz em um mercado de trabalho que explora os/as trabalhadores da área da cultura corporal, o submetem a rígidas instituições que funcionam como polícia administrativa do Estado burguês, para explorar e oprimir os trabalhadores/as, como é o caso do CREF/CONFED (1999), que através de aparatos “legais” e inconstitucionais dominam campos de trabalho e formação de profissionais da cultura corporal, segundo a ética neoliberal (Nozaki, 2004; Taffarel, Hack, Morschbacher, 2021).

No contexto da redemocratização brasileira, após o encerramento da ditadura empresarial-militar e a promulgação da Constituição Federal de 1988, uma das obras mais influentes no processo de renovação crítica da Educação Física foi *Metodologia do Ensino da Educação Física* (Coletivo de Autores, 1992). A obra distingue-se por delimitar a cultura corporal como objeto de conhecimento da Educação Física escolar, compreendendo-a como patrimônio histórico produzido

pela atividade humana ao longo do desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais. Constituída por práticas como jogos, danças, lutas, ginásticas, esportes e outras manifestações corporais, a cultura corporal resulta do trabalho humano e adquire diferentes sentidos e significados no decorrer da história. Nessa perspectiva, cabe à Educação Física tratar pedagogicamente esse patrimônio cultural, possibilitando a apropriação crítica do conhecimento produzido historicamente pela humanidade e contribuindo para a elevação da capacidade teórica dos estudantes acerca da realidade social, da formação humana, do trabalho pedagógico e das políticas públicas educacionais (Coletivo de Autores, 1992; Taffarel et al., 2025a; 2025b; Albuquerque, 2026).

Um importante marco histórico da resistência dos trabalhadores da cultura corporal às transformações impostas pelo capital foi o Movimento Nacional Contra a Regulamentação do Profissional de Educação Física (MNCR). Ao investigar o processo de regulamentação da profissão, Nozaki (2004) demonstra que essa medida esteve articulada ao reordenamento do mundo do trabalho e às reformas que incidiram sobre a formação e a intervenção profissional na Educação Física brasileira. O autor evidencia que a criação do sistema CONFEF/CREFs não constituiu um processo meramente administrativo, mas integrou um conjunto mais amplo de mecanismos de regulação do trabalho profissional, produzindo implicações para a formação, o exercício da profissão e as formas de organização dos trabalhadores. Em contrapartida, emergiram movimentos de resistência que buscaram enfrentar a fragmentação da categoria e os processos de controle corporativo instituídos pelos conselhos profissionais. A partir dessa análise, Nozaki (2004) sustenta que os limites enfrentados pelos trabalhadores da Educação Física não podem ser plenamente compreendidos fora das relações sociais capitalistas, reafirmando a necessidade de superação da relação capital como condição para a universalização do acesso aos bens culturais produzidos pela humanidade, entre eles as práticas da cultura corporal.

No que se refere à produção do conhecimento científico no campo da cultura corporal e da Educação Física, destacam-se os estudos de Gamboa (1987), na área da Educação, e de Silva (1997), na área da Educação Física, os quais evidenciaram a predominância de matrizes epistemológicas vinculadas ao positivismo, à fenomenologia e, posteriormente, às perspectivas pós-críticas. Em contrapartida, as pesquisas fundamentadas explicitamente no materialismo histórico-dialético configuram uma presença minoritária no interior da produção científica da área. Esses estudos contribuíram para demonstrar que a produção do conhecimento não ocorre de forma neutra, mas expressa disputas teóricas, epistemológicas e políticas presentes em cada momento histórico.

Além das evidências fornecidas pelos estudos historiográficos e epistemológicos, é necessário considerar as condições concretas em que a produção científica se desenvolve. A trajetória da população negra na universidade brasileira foi historicamente marcada por processos de exclusão, desigualdade de acesso à educação, obstáculos à permanência e mecanismos de deslegitimação de seus saberes e produções intelectuais. Tais determinações expressam a persistência do racismo estrutural na sociedade brasileira e incidem diretamente sobre as possibilidades de produção e legitimação do conhecimento científico.

Carneiro (2005) designou este processo racista no desenvolvimento da ciência de “epistemicídio”. Ela nos explica que:

o epistemicídio é, para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso a educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da autoestima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. (Carneiro, 2005, p. 97).

Nessa perspectiva, a reduzida presença de pesquisas que articulam gênero, raça/etnia, classe e cultura corporal não pode ser compreendida apenas como uma lacuna temática ou uma escolha acadêmica individual. Trata-se também da expressão de determinações históricas que incidem sobre o acesso, a permanência e as condições de produção do conhecimento em uma sociedade marcada por profundas desigualdades de classe e por relações raciais estruturadas desde o período escravista.

Destacamos que as relações étnico-raciais constituem um campo consolidado de produção do conhecimento, reunindo contribuições de intelectuais brasileiros e estrangeiros com a compreensão crítica do racismo, da escravização, da colonialidade e das formas de resistência dos povos negros e indígenas. No contexto brasileiro, destacam-se autores como Clóvis Moura (1984; 1988, 2020), Florestan Fernandes (2008;2017), Abdias do Nascimento (1978; 1980), Sílvio Almeida (2018), Lélia Gonzalez (1988), Kabengele Munanga (2004), Sueli Carneiro (2005), Josiane Clímaco (2022), Nilma Lino Gomes (2017), dentre outros, cujas produções contribuem de forma decisiva para a compreensão das relações raciais e de seus impactos sobre a educação, a cultura e a formação humana. No plano internacional, destacam-se autores como Frantz Fanon (1968; 2008), Hakim Adi (2022), Ângela Davis (2016), dentre outros, cujas análises sobre colonialismo, racismo e emancipação dos povos colonizados influenciam significativamente os estudos críticos sobre as relações étnico-raciais.

Essas elaborações articulam-se às lutas históricas do Movimento Social Negro (MSN) organizado, responsável por denunciar a falácia da democracia racial, reivindicar políticas de reparação e superação histórica e ampliar a presença das questões étnico-raciais no debate de gênero e na luta política brasileira. Nesse processo, destacam-se os territórios quilombolas (Moura, 2020), as organizações como a Coordenação Nacional de Entidades Negras (CONEN), o Congresso Brasileiro de Pesquisadores(as) Negros(as) (COPENE), a União de Negros pela Igualdade (UNEGRO), Movimento Negro Unificado (MNU), dentre muitos outros, cujas atuações políticas contribuem para o fortalecimento da luta antirracista, para a defesa dos direitos da população negra e para proposições críticas acerca das desigualdades étnico-raciais na sociedade brasileira. A interlocução entre produção intelectual e organização política constitui um elemento fundamental para compreender os avanços alcançados no campo das relações étnico-raciais e sua inserção nos debates educacionais atuais.

Clovis Moura (1984) nos alerta a respeito dos estudos, que;

não se estudar os quatrocentos anos de escravidão, as suas limitações estruturais, as suas contradições, as limitações do seu ritmo de produção, e, finalmente, a alienação total da pessoa humana - explorados e exploradores - é descartar ou escamotear o fundamental. (...) Numa sociedade assimétrica e contraditória como a brasileira, no entanto, alguns que negam a existência de um problema específico do Negro no Brasil, acham que o Negro é elemento cujos movimentos fogem ao simétrico, e, por isto, são separatistas, desagregadores e procuram desunir e separar o que se devia unir: o proletariado. (...) Por tudo isto, podemos concluir que o modo de produção escravista entrou em decomposição, mas deixou fundos vestígios nas relações de produção da sociedade brasileira. Tais vestígios, tais traços não são, porém, elementos mortos. O modelo de capitalismo dependente que substituiu o modo de produção escravista deles se aproveitou e faz deles uma parte dos seus mecanismos reguladores da economia subdesenvolvida. Desta forma, os vestígios escravistas são remanejados e dinamizados na sociedade de capitalismo dependente em função do imperialismo dominante (Moura, 1984 pp. 127-134)

É desse processo histórico que tratamos neste estudo: do remanejamento e da atualização de formas de dominação originadas no escravismo, que permanecem expressas no racismo estrutural e

funcionalmente articuladas às necessidades de reprodução do modo de produção capitalista, em sua fase imperialista. Trata-se, igualmente, das formas de resistência construídas pela população negra, que encontram no aquilombamento uma referência histórica e política para o enfrentamento do genocídio da população negra e das múltiplas expressões do racismo na sociedade brasileira (Nascimento, 1978; 1980).

Considerando essas determinações históricas e suas implicações para a educação, a cultura e a formação humana, tomamos como objeto de análise a produção do conhecimento científico em Educação Física acerca das relações entre gênero, raça/etnia, classe e cultura corporal, buscando apreender como essas categorias têm sido articuladas nas pesquisas sobre formação de professores e Educação Física escolar produzidas no Brasil.

O conceito de cultura corporal enquanto objeto científico da Teoria da Educação Física crítico-superadora, está sistematizado nos trabalhos do Coletivo de Autores (1992), Taffarel e Escobar (2023) e, Albuquerque (2026) e pode ser assim resumido:

Também o pensamento teórico científico explica que a base e o critério para separar as classes de objetos são os diferentes tipos de atividade (Leontiev, 1977, 2021) encaminhadas a satisfazer necessidades sociais. Assim, torna-se evidente que o objeto de estudo da EF é o fenômeno das práticas, cuja conexão geral ou primigênia – essência do objeto e o nexo interno das suas propriedades, determinante do seu conteúdo e estrutura de totalidade, é dada pela materialização em forma de atividades – sejam criativas ou imitativas – das relações múltiplas de experiências ideológicas, políticas, filosóficas e outras, subordinadas às leis histórico-sociais. O geral dessas atividades é que são valorizadas em si mesmas; seu produto não material, é inseparável do ato da produção e recebe do homem um valor de uso particular por atender aos seus sentidos lúdicos, estéticos, artísticos, agonísticos, competitivos e outros relacionados à sua realidade e às suas motivações. Elas se realizam com modelos socialmente elaborados que são portadores de significados ideais do mundo objetual, das suas propriedades, nexos e relações descobertos pela prática social conjunta (Taffarel e Escobar, 2023, p. 26).

Mais recentemente, Albuquerque (2026), em estudos de pós-doutorado desenvolvidos no Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia (FACED/UFBA), ao analisar os juízos internos ao conceito de cultura corporal e o volume da produção científica fundamentada nessa categoria, evidencia avanços na consolidação de uma teoria da Educação Física vinculada à tradição crítico-superadora. Por sua vez, Clímaco (2022; 2025) tem aprofundado as investigações sobre as relações étnico-raciais na formação de professores e no ensino dos conteúdos da Educação Física, contribuindo para a compreensão da intersecção entre gênero, raça/etnia, classe e cultura corporal. Suas pesquisas destacam a necessidade de apreender essas categorias de forma relacional e histórica, valorizando as contribuições das matrizes africanas e indígenas para a constituição da cultura corporal e para a formação humana.

Com base nesses estudos, formulamos a seguinte pergunta científica: **Quais são as tendências epistemológicas, os limites teórico-metodológicos e as implicações político-pedagógicas da produção do conhecimento sobre a intersecção entre gênero, raça/etnia, classe e cultura corporal na formação de professores e na Educação Física escolar brasileira, produzida entre 2003 e 2025?**

Dessa questão central decorrem três questões de investigação: (1) Qual é a produção de dissertações e teses brasileiras, depositadas no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), produzidas entre 2003 e 2025, que abordam a formação de professores de Educação Física e a Educação Física escolar articuladas às questões de gênero, raça/etnia e classe? (2) Quais são as bases epistemológicas e teórico-

metodológicas que sustentam essa produção científica? (3) Quais são as implicações político-pedagógicas e ideológicas dessa produção, considerando as determinações do modo de produção capitalista, as relações de classe e as contradições presentes na economia política mundial?

O objetivo geral deste trabalho foi analisar criticamente a produção do conhecimento sobre as relações entre gênero, raça/etnia, classe e cultura corporal na formação de professores e na Educação Física escolar brasileira, a partir de dissertações e teses produzidas entre 2003 e 2025 e depositadas no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), evidenciando suas tendências epistemológicas, seus limites teórico-metodológicos e suas implicações político-pedagógicas. Os Objetivos específicos foram: 1) levantamento e sistematização das dissertações e teses produzidas entre 2003 e 2025 que abordaram relações entre gênero, raça/etnia, classe e cultura corporal no âmbito da formação de professores e da Educação Física escolar brasileira; 2) Análise da intersecção entre gênero, raça/etnia, classe e cultura corporal, identificando seus principais referenciais teóricos, categorias analíticas e tendências epistemológicas; 3) Exame dos limites e das possibilidades das abordagens teórico-metodológicas presentes nas pesquisas analisadas, discutindo suas implicações político-pedagógicas para a formação de professores, para a Educação Física escolar e para a construção de perspectivas crítico-superadoras comprometidas com o enfrentamento do racismo, do sexismo e das desigualdades de classe.

Levantamos a hipótese de que a produção científica da Educação Física brasileira ampliou significativamente o debate sobre as relações entre gênero, raça/etnia, classe e cultura corporal, especialmente a partir do início do século XXI, em um contexto marcado pela promulgação das Leis n.º 10.639/2003, n.º 11.645/2008 e do Estatuto da Igualdade Racial (Lei n.º 12.288/2010). Entretanto, predomina nessa produção a adoção de abordagens marcadas pelo ecletismo teórico, pelo recuo da crítica às relações sociais de produção e pela insuficiente articulação entre as categorias gênero, raça/etnia e classe. Como consequência, verificam-se limites na compreensão das determinações materiais e históricas que produzem e reproduzem as opressões de gênero, o racismo estrutural e as desigualdades de classe no âmbito da cultura corporal, particularmente na formação de professores e na Educação Física escolar.

A investigação caracteriza-se como pesquisa bibliográfica e documental, configurada como balanço da produção do conhecimento da Educação Física brasileira sobre a intersecção entre gênero, raça/etnia, classe e cultura corporal na formação de professores e na Educação Física escolar. A fonte de dados foi o Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), considerando dissertações e teses produzidas entre 2003 e 2025. O recorte temporal justifica-se pela promulgação da legislação voltada à educação das relações étnico-raciais, pela consolidação das políticas afirmativas, pela expansão da pós-graduação brasileira e pelo fortalecimento do debate antirracista nos campos da Educação e da Educação Física. Para a análise dos dados, utilizamos a matriz epistemológica adaptada de Silva e Gamboa (2014), que possibilitou identificar tendências epistemológicas, limites teórico-metodológicos e implicações político-pedagógicas presentes na produção investigada.

A seguir apresentamos os dados empíricos sobre a produção do conhecimento que nos permitiram evidenciar as conclusões sobre a nossa hipótese investigativa.

2. PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO, INTERSECÇÃO GÊNERO, ETNIA E CLASSE NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES E NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR NO PERÍODO DE 2003-2025

As crises do capitalismo mundial evidenciam que as desigualdades sociais não constituem fenômenos circunstanciais, mas resultam da própria lógica de acumulação e exploração que sustenta

esse modo de produção. Em períodos de crise, intensificam-se os processos de expropriação, precarização do trabalho e retirada de direitos sociais, aprofundando as desigualdades e atingindo de forma mais severa os grupos historicamente subordinados (Montoro, 2023).

Nessa direção, compreende-se que a exploração de classe não pode ser analisada de forma dissociada das relações de raça/etnia e gênero, uma vez que o desenvolvimento histórico do capitalismo esteve articulado à escravização, ao racismo e ao patriarcado como mecanismos de dominação e exploração social (Davis, 2016). No caso brasileiro, as mulheres negras ocupam uma posição particularmente reveladora dessas determinações, pois vivenciam simultaneamente a opressão racial, a desigualdade de gênero e a exploração econômica, expressando de forma concreta a articulação entre essas relações sociais na reprodução das desigualdades (Carneiro, 2011).

2.1 MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA E AS CATEGORIAS GÊNERO RAÇA/ETNIA E CLASSE

O movimento feminista brasileiro, durante parte de sua trajetória histórica, encontrou dificuldades para reconhecer a dimensão racial presente nas relações de gênero. Conforme destaca Carneiro (2011), a experiência das mulheres negras foi frequentemente secundarizada em nome de uma suposta universalidade da condição feminina, invisibilizando os efeitos combinados do racismo e do sexismo sobre suas condições de vida. Tal realidade manifesta-se em indicadores relacionados à saúde, à renda, ao trabalho, à escolarização e à participação social, evidenciando que as desigualdades não podem ser explicadas por uma única categoria analítica.

Nesse contexto, a articulação entre gênero, raça/etnia e classe constitui um elemento fundamental para a compreensão da realidade social. O capitalismo consolidou-se historicamente por meio da exploração do trabalho, da colonização e da escravização, processos nos quais as categorias raça, gênero e classe assumiram papel estruturante na organização das relações de poder e na produção das desigualdades sociais. As opressões vivenciadas por mulheres negras e indígenas, portanto, não decorrem de discriminações isoladas, mas da articulação entre exploração econômica, dominação racial e opressão patriarcal.

Os dados recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2024) evidenciam a permanência dessas desigualdades. Mulheres pretas e pardas apresentam maiores índices de informalidade no trabalho, menores rendimentos médios, maiores responsabilidades com o trabalho doméstico e menores oportunidades de acesso ao ensino superior quando comparadas à população branca. Esses indicadores demonstram que a exploração capitalista se articula ao racismo estrutural e ao patriarcado, reproduzindo formas históricas de subalternização que incidem de maneira desigual sobre diferentes grupos sociais.

Ao analisar a escravidão nos Estados Unidos, Davis (2016) demonstra que raça, gênero e classe não podem ser compreendidos de forma separada. As mulheres negras experimentaram formas específicas de opressão resultantes da articulação entre exploração econômica, dominação racial e subordinação patriarcal. Diferentemente do ideal burguês de feminilidade reservado às mulheres brancas, foram incorporadas diretamente ao trabalho produtivo, submetidas simultaneamente à exploração laboral, à violência racial e à violência sexual. Nessa perspectiva, o racismo, o patriarcado e a exploração de classe constituem dimensões articuladas da reprodução social capitalista.

Nesse sentido, faz-se necessário um feminismo/mulherismo² comprometido com a transformação estrutural da sociedade, articulando a luta antirracista, anticapitalista e antipatriarcal, capaz de demonstrar que gênero, raça/etnia e classe constituem categorias indissociáveis para compreender a realidade social. A opressão das mulheres negras resulta da intersecção desses

² Mulherismo é um termo advindo da tradição quilombola empregado pelo movimento social organizado pela CONEN.

elementos, e não da soma isolada de cada um (Davis, 2016). A emancipação social depende, assim, do enfrentamento simultâneo das desigualdades de gênero, do racismo estrutural e da exploração capitalista.

2.2 CARACTERIZAÇÃO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA INVESTIGADA

Com o descritor específico, “gênero, raça, classe e educação física”, identificou 20 produções, das quais apenas quatro apresentavam aderência ao objeto de investigação. Em seguida, realizou-se um refinamento mais amplo com o descritor “relações étnico-raciais e educação física”, restringindo-se às áreas de Educação Física, Educação e Ensino. Nessa etapa foram localizadas 51 produções, porém apenas sete contemplavam o recorte definido para o estudo. Por fim, a busca por “cultura corporal e relações étnico-raciais” identificou nove trabalhos, mas nenhum deles apresentava articulação direta com o objeto investigado.

Ao final do processo de busca foram identificadas 71 produções acadêmicas. Entretanto, a leitura sistemática dos títulos, resumos e palavras-chave revelou que a maior parte dos estudos abordava apenas uma das categorias investigadas ou desenvolvia discussões sobre diversidade, inclusão, identidade e relações étnico-raciais sem articulá-las à formação de professores e à Educação Física escolar na perspectiva das relações entre gênero, raça/etnia e classe. Em razão disso, foram selecionadas 11 produções, entre dissertações e teses, desenvolvidas entre 2003 e 2025, que apresentavam aderência efetiva aos critérios estabelecidos para a pesquisa.

Embora o número reduzido de produções possa sugerir uma limitação quantitativa da produção científica, esse dado não pode ser compreendido apenas como um fato estatístico. Como afirmam Marx e Engels (2007), a produção das ideias e do conhecimento encontra-se vinculada às condições materiais de existência e às disputas ideológicas presentes na sociedade de classes. Nesse sentido, a forma como gênero, raça/etnia e classe aparecem — ou deixam de aparecer — articuladas nas pesquisas constitui também uma expressão das disputas teóricas e políticas presentes na produção do conhecimento em Educação Física.

Identificamos que a distribuição temporal dos estudos evidencia maior concentração de pesquisas a partir da segunda metade da década de 2010, com destaque para os anos de 2019, 2021, 2022 e 2023. Tal movimento sugere uma ampliação do interesse acadêmico pela temática, especialmente após a consolidação das legislações voltadas à educação das relações étnico-raciais, notadamente as Leis n.º 10.639/2003, n.º 11.645/2008 e o Estatuto da Igualdade Racial (Lei n.º 12.288/2010).

Do ponto de vista institucional, observa-se a presença de universidades públicas federais, estaduais e instituições privadas, com predominância de programas localizados na região Sudeste do país. Outro aspecto relevante refere-se às condições materiais de produção das pesquisas. Das 11 produções analisadas, três receberam financiamento da CAPES, uma contou com bolsa do CNPq, uma registrou apoio institucional da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO) e seis não apresentaram informação sobre financiamento ou indicaram ausência de bolsa. Esses dados evidenciam a centralidade das agências públicas de fomento para a produção científica brasileira e revelam que as condições materiais de realização da pesquisa constituem determinações objetivas que influenciam as possibilidades de investigação e permanência na pós-graduação. Nessa perspectiva, o financiamento científico não representa apenas um indicador administrativo, mas uma dimensão constitutiva da própria produção do conhecimento (MARX, 2008).

A análise também revela a predominância de dissertações de mestrado em relação às teses de doutorado, indicando que a temática ainda se encontra em processo de consolidação nos programas de pós-graduação da área, embora apresente crescimento quantitativo nas últimas décadas. Verifica-se, igualmente, diversidade de linhas de pesquisa, envolvendo estudos socioculturais, educação, currículo, formação docente, diversidade e relações étnico-raciais.

No que se refere ao perfil dos autores, os dados indicam participação de homens e mulheres na produção investigada. Todavia, a caracterização racial dos pesquisadores ainda demanda aprofundamento analítico, aspecto que poderá contribuir para a compreensão das relações entre produção do conhecimento, representação acadêmica e desigualdades estruturais presentes na universidade brasileira. Como adverte Mészáros (2008), a produção do conhecimento não ocorre à margem das contradições sociais, podendo tanto contribuir para a crítica das relações de dominação quanto reproduzir formas ideológicas necessárias à manutenção da ordem vigente.

Os dados bibliométricos constituem apenas o ponto de partida da análise. Mais importante do que identificar a quantidade de pesquisas produzidas é compreender os fundamentos teóricos que as sustentam, as categorias analíticas mobilizadas e as formas pelas quais articulam — ou não — as relações entre gênero, raça/etnia, classe e cultura corporal. A expansão quantitativa da produção científica observada nas últimas décadas expressa transformações políticas, educacionais e sociais relevantes, mas não elimina as disputas teóricas e ideológicas presentes no campo acadêmico. Ao contrário, evidencia um espaço marcado por diferentes projetos de sociedade e distintas concepções de ciência, educação e formação humana. Por essa razão, torna-se necessária uma análise epistemológica capaz de apreender as tendências, os limites e as contradições presentes na produção do conhecimento em Educação Física.

3. TENDÊNCIAS DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE A INTERSECÇÃO GÊNERO, RAÇA/ETNIA, CLASSE E CULTURA CORPORAL NA EDUCAÇÃO FÍSICA BRASILEIRA (2003 – 2025)

A análise das onze dissertações e teses selecionadas foi realizada por meio da Matriz Epistemológica (Silva e Gamboa, 2014), composta pelas categorias: abordagem epistemológica, concepção de ciência, critérios de cientificidade, relação sujeito-objeto, concepção de temporalidade e história, visão de mundo, concepção de homem e sociedade, concepção de educação, concepção de Educação Física, referenciais teóricos mobilizados e críticas dirigidas a outras perspectivas teóricas. A sistematização dessas categorias permitiu identificar tendências epistemológicas predominantes, limites teórico-metodológicos e implicações político-pedagógicas presentes na produção do conhecimento sobre gênero, etnia, classe e cultura corporal na formação de professores e na Educação Física escolar brasileira. Para fins de exposição, classificamos as teses e dissertações com códigos que vão de GRC-EF 01 até a GRC-EF 11.

Destarte, os dados evidenciam que a produção investigada constitui um campo epistemologicamente heterogêneo, porém não fragmentado. Embora diferentes matrizes teóricas coexistam nas produções analisadas, observa-se a predominância de três grandes tendências: as teorias crítico-dialéticas, as perspectivas pós-críticas vinculadas aos estudos culturais e as abordagens interculturais/decoloniais. Essa configuração revela que a produção recente da área tem sido fortemente influenciada pelos debates em torno da diversidade cultural, das relações étnico-raciais, da identidade, da diferença e da crítica à colonialidade do saber e, em menor proporção, preserva importante contribuição oriunda da tradição crítica marxista. A seguir, apresentamos uma tabela com o quantitativo total das produções e suas respectivas tendências epistemológica.

TABELA 1- TENDÊNCIAS EPISTEMOLÓGICAS NA PRODUÇÃO NOS ESTUDOS INTERSECCIONAIS SOBRE ETNIA, CLASSE, GÊNERO E EDUCAÇÃO FÍSICA (2003 a 2026)

Tendência epistemológica	Número de produções	Percentual
Pós-crítica / Pós-estrutural / Estudos Culturais	2	18,2%
Intercultural / Decolonial	2	18,2%
Multicultural crítica / Interseccional	3	27,3%
Crítica híbrida (dialética articulada a outras matrizes)	2	18,2%
Pedagogia crítica freireana	1	9,1%
Crítico-dialética marxista	1	9,1%
Total	11	100%

Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

Embora a produção analisada apresente forte preocupação com o enfrentamento do racismo, das desigualdades de gênero e da valorização da diversidade cultural, observa-se a predominância de perspectivas multiculturais, pós-críticas, interculturais e decoloniais (Wood e Foster, 1999). As pesquisas fundamentadas explicitamente no materialismo histórico-dialético constituem uma presença minoritária no corpus investigado, representando apenas 9,1% das produções analisadas. Tal resultado sugere que a crítica às desigualdades tem sido realizada predominantemente por meio das categorias identidade, diferença, reconhecimento, diversidade cultural e colonialidade, enquanto categorias como trabalho, totalidade, luta de classes e modo de produção e reprodução social aparecem de forma secundária ou mesmo ausente em grande parte das investigações.

As pesquisas classificadas como interculturais e decoloniais compreendem a educação como espaço de valorização da pluralidade cultural e de enfrentamento das formas históricas de exclusão produzidas pelo colonialismo e pelo racismo estrutural. A produção GRC-EF 09, ao defender a dança como prática pedagógica orientada pela decolonialidade e pela educação intercultural, exemplifica essa tendência. Nessa perspectiva, a interculturalidade é concebida como projeto político voltado à transformação das relações de poder e das hierarquias culturais historicamente produzidas (Candau, 2012; Walsh, 2009).

De forma semelhante, as pesquisas fundamentadas nos estudos culturais e nas teorias pós-críticas (Wood e Foster, 1999), compreendem a produção do conhecimento como processo de construção de significados, identidades e representações. A Educação Física é entendida como espaço de produção cultural e de reconhecimento das diferenças, privilegiando categorias como identidade, diferença, representação e subjetividade (Hall, 2006). Nessa orientação teórica, o foco analítico desloca-se das determinações estruturais da sociedade para os processos de significação cultural produzidos pelos sujeitos.

Em contraposição, as pesquisas de orientação crítico-dialética compreendem a ciência como produto histórico da práxis humana e instrumento de apreensão das determinações concretas da realidade social. A produção GRC-EF 02 constitui o exemplo mais explícito dessa perspectiva ao assumir a teoria marxista do conhecimento como fundamento teórico-metodológico e compreender a cultura corporal como expressão histórica da atividade humana. Essa compreensão expressa a tradição marxista, para a qual o conhecimento científico constitui produto histórico da práxis social.

Nesse sentido, conforme afirmam Marx e Engels (2007), não é a consciência que determina a vida, mas a vida materialmente produzida que determina a consciência. O conhecimento emerge das relações concretas estabelecidas pelos seres humanos no processo de produção e reprodução da existência. Nessa direção, Lukács (2013) sustenta que a ciência somente alcança sua dimensão crítica quando apreende os fenômenos em sua totalidade concreta, identificando as mediações que articulam aparência e essência.

As diferenças entre essas perspectivas também se expressam na relação sujeito-objeto. Nas pesquisas crítico-dialéticas, essa relação é concebida de forma dialética, reconhecendo a existência de uma realidade objetiva passível de conhecimento por meio da mediação teórica e da práxis social. Já nas pesquisas pós-críticas e interculturais prevalece uma compreensão mais relacional e interpretativa, na qual o conhecimento é produzido a partir das experiências, narrativas e interações dos sujeitos. Embora ambas rejeitem o objetivismo positivista, as consequências epistemológicas dessas posições são distintas: enquanto a primeira busca explicar os fenômenos a partir de suas determinações históricas e estruturais, a segunda enfatiza os processos de construção de significados e identidades.

Outro limite identificado refere-se à presença de ecletismos teóricos em parte das pesquisas analisadas. Observou-se a articulação de referenciais oriundos do marxismo, da pedagogia freireana, dos estudos culturais, da interculturalidade e da decolonialidade sem a explicitação dos pressupostos ontológicos e epistemológicos que sustentam essas diferentes perspectivas. A coerência entre ontologia, epistemologia e método constitui condição fundamental para a consistência da produção científica.

A análise da matriz epistemológica também permitiu identificar convergências importantes entre as pesquisas investigadas. Independentemente da matriz teórica adotada, observa-se uma crítica recorrente às concepções biologicistas, esportivistas e tecnicistas que historicamente influenciaram a Educação Física brasileira. Contudo, essa convergência não elimina diferenças substantivas quanto à compreensão da cultura corporal. Nas pesquisas de orientação marxista, especialmente na produção GRC-EF 02, a cultura corporal é concebida como patrimônio histórico produzido pela atividade humana ao longo do desenvolvimento da humanidade. Vinculada à Teoria Crítico-Superadora (Coletivo de Autores, 1992; Taffarel; Escobar, 2023; Albuquerque, 2026), essa perspectiva compreende a apropriação do conhecimento da cultura corporal como mediação para a compreensão crítica da realidade e para a formação humana *omnilateral*. Por outro lado, nas pesquisas influenciadas pelos estudos culturais e pelas teorias pós-críticas, especialmente GRC-EF 03 e GRC-EF 05, a cultura corporal é entendida como campo de produção de significados, identidades e representações culturais, enfatizando processos de significação, reconhecimento e valorização das diferenças (Neira, 2011; Neira; Nunes, 2009).

A análise das categorias centrais revelou uma assimetria significativa. Embora as produções tenham sido selecionadas por abordarem as relações entre gênero, raça/etnia, classe e cultura corporal, a categoria raça/etnia constitui o eixo estruturante da maior parte das investigações, seguida pelas discussões de gênero. A categoria classe, por sua vez, aparece de forma menos consistente e raramente assume centralidade explicativa. Predominam análises orientadas pelas categorias identidade, diferença, reconhecimento, diversidade cultural e interculturalidade, enquanto trabalho, exploração, luta de classes, acumulação de capital e totalidade social aparecem de forma secundária.

Os resultados indicam que houve ampliação significativa da produção científica sobre relações étnico-raciais e Educação Física após a promulgação das Leis n.º 10.639/2003 e n.º 11.645/2008. Contudo, a articulação efetiva entre raça/etnia, gênero e classe permanece limitada. Embora as pesquisas tenham contribuído para fortalecer propostas de educação antirracista, problematizar currículos eurocêntricos e valorizar manifestações da cultura corporal historicamente marginalizadas, seus referenciais teóricos nem sempre oferecem elementos suficientes para

compreender as relações entre racismo, sexismo e a lógica de reprodução do capital. Conforme adverte Mészáros (2008), a superação das múltiplas formas de opressão exige a transformação das estruturas sociais que as produzem e reproduzem.

Desse modo, os resultados confirmam a hipótese da pesquisa. Embora tenha ocorrido ampliação quantitativa e temática da produção científica sobre relações étnico-raciais, gênero e Educação Física, predominam abordagens centradas na identidade, na diferença e na diversidade cultural, enquanto as determinações associadas às relações de classe e à lógica de reprodução do capital aparecem de forma secundária. Tal constatação aponta para a necessidade de aprofundar investigações capazes de compreender gênero, raça/etnia e classe como determinações constitutivas de uma mesma totalidade social historicamente produzida.

4. IMPLICAÇÕES POLÍTICAS PEDAGÓGICAS PARA FORMAÇÃO DE PROFESSORES E A EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

A análise das dissertações e teses investigadas evidenciou avanços significativos na incorporação das discussões sobre relações étnico-raciais, gênero e diversidade cultural e contribuíram para problematizar a histórica invisibilização das populações negras nos currículos escolares, denunciar práticas discriminatórias presentes na escola e fortalecer propostas pedagógicas comprometidas com a educação antirracista e com a valorização das culturas afro-brasileiras, africanas e indígenas. Os resultados também evidenciam que as Leis n.º 10.639/2003 e n.º 11.645/2008 contribuíram para o reconhecimento das relações étnico-raciais como dimensão constitutiva da formação docente e da Educação Física escolar.

Os dados revelaram que o avanço na incorporação das categorias raça/etnia e gênero nem sempre foi acompanhado de uma análise mais consistente das relações de classe. Do ponto de vista do materialismo histórico-dialético, essa limitação possui implicações relevantes para a formação docente, uma vez que as desigualdades raciais e de gênero não se desenvolvem à margem das relações sociais de produção, mas constituem determinações historicamente produzidas no interior da sociedade capitalista (Marx; Engels, 2007). Nessa perspectiva, a compreensão crítica da realidade exige apreender as múltiplas mediações que articulam raça, gênero e classe na produção e reprodução das desigualdades sociais.

Essa discussão assume particular importância quando se considera a função social da escola. Para além do reconhecimento das diferenças culturais, a educação deve possibilitar aos sujeitos compreender criticamente as condições históricas que produzem as formas de exploração, opressão e dominação presentes na sociedade. Como afirma Mészáros (2008), uma educação comprometida com os interesses históricos da classe trabalhadora não pode limitar-se à adaptação dos indivíduos à ordem vigente, devendo contribuir para a superação das condições que sustentam a reprodução das desigualdades.

Nessa direção, a categoria formação humana *omnilateral* adquire centralidade. Conforme Manacorda (1991), a formação *omnilateral* refere-se ao desenvolvimento pleno das capacidades humanas, superando as limitações impostas pela divisão social do trabalho característica da sociedade de classes. Trata-se de uma concepção de educação comprometida com o desenvolvimento das múltiplas dimensões da existência humana, incluindo suas dimensões intelectuais, éticas, culturais, estéticas e corporais. O acesso aos conhecimentos da cultura corporal não deve restringir-se à valorização das diferenças culturais, mas possibilitar a compreensão crítica das condições históricas em que tais manifestações foram produzidas. Capoeira, samba, danças afro-brasileiras, jogos tradicionais e demais manifestações da cultura corporal expressam processos históricos de resistência, dominação e luta social que constituem a formação da sociedade brasileira.

Dessa forma, a articulação entre raça/etnia, gênero, classe, cultura corporal e formação humana constitui uma necessidade teórica e pedagógica para o avanço da produção do conhecimento e da prática educativa na Educação Física. Não se trata de subordinar as questões raciais e de gênero à categoria classe, mas de compreender que essas dimensões se produzem e se reproduzem no interior de uma totalidade social estruturada pela exploração do trabalho e pela acumulação do capital. Como observa Wood (2003), a crítica das desigualdades contemporâneas exige a articulação entre as formas específicas de opressão e as determinações estruturais que sustentam a ordem social vigente.

O resultado da investigação indica que a produção científica analisada contribuiu para fortalecer o debate sobre educação antirracista e diversidade cultural na Educação Física brasileira, mas é necessário aprofundar análises capazes de articular raça/etnia, gênero e classe às determinações históricas do modo de produção capitalista. Tal movimento pode fortalecer a construção de propostas pedagógicas comprometidas não apenas com o reconhecimento das diferenças, mas também com a emancipação humana, a formação *omnilateral* e a transformação das relações sociais que produzem e reproduzem as desigualdades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A conjuntura atual reforça a necessidade do aprofundamento analítico da produção do conhecimento e da necessidade de não se separar premissas teóricas da programática (Silva, 2021). O avanço das desigualdades sociais, das guerras imperialistas, da destruição ambiental, da precarização do trabalho, do racismo estrutural, da violência contra as mulheres, do feminicídio e da expropriação dos povos originários evidenciam que a crítica às múltiplas formas de opressão exige a compreensão das relações entre capital/trabalho. Nessa perspectiva, reafirma-se a importância de abordagens capazes de apreender a realidade em sua totalidade concreta, articulando as lutas antirracistas, antipatriarcais e anticapitalistas.

As implicações dessa compreensão para a formação de professores e para a Educação Física escolar são significativas. A formação docente necessita incorporar análises que permitam compreender as determinações históricas das desigualdades sociais, articulando raça/etnia, gênero, classe e cultura corporal como dimensões constitutivas da formação humana. A cultura corporal, por sua vez, deve ser compreendida como patrimônio histórico produzido pela humanidade e atravessado pelas contradições sociais que caracterizam a formação social brasileira. Nessa direção, a teoria da Educação Física crítico-superadora oferece contribuições relevantes ao articular cultura corporal, formação humana *omnilateral* e projeto histórico superador das relações de produção e reprodução da vida, capitalistas (Coletivo de Autores, 1992; Taffarel; Hack; Albuquerque; Morschbacher, 2025; Albuquerque, 2026).

Por fim, os resultados desta investigação indicam a necessidade de ampliação de pesquisas que aprofundem a intersecção entre gênero, raça/etnia, classe e cultura corporal na formação de professores e na Educação Física escolar. Também apontam para a importância de estudos que examinem as relações entre racismo estrutural, feminicídio, destruição das forças produtivas, precarização do trabalho docente e contrarreformas educacionais. O desafio colocado à produção do conhecimento consiste em avançar da denúncia das desigualdades para a compreensão de suas determinações históricas, materiais e para a práxis transformadora, contribuindo para a construção de uma Educação Física comprometida com a formação humana *omnilateral*, a emancipação da classe trabalhadora da exploração e opressão que caracterizam a sociedade capitalista, para construção de um outro projeto histórico, o socialismo/comunismo (Engels, 2019).

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Joelma Oliveira. **Teoria da Educação Física Crítico-Superadora de Base Marxista: contribuições para uma nova síntese**. RELATÓRIO FINAL PÓS-DOCTORADO. Programa de Pós-Graduação em Educação. FAGED/UFBA, 2026.
- BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. **Branco e negro em São Paulo: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana**. 4. ed. São Paulo: Editora Global, 2008 [1959].
- BAUVERT, Gerárd. A atualidade da questão Negra. 1ª e 2ª Parte. **A Verdade**, n. 112, abril de 2023. Pp 79-123
- BRACHT, Valter. **A criança que pratica esportes respeita as regras do Jogo**. Capitalista. In:
- CANDAU, Vera Maria Ferrão. **Diferenças culturais, interculturalidade e educação em direitos humanos**. Educação & Sociedade, Campinas, v. 33, n. 118, p. 235-250, jan./mar. 2012. DOI - <https://doi.org/10.1590/S0101-73302012000100015>
- CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. Tese (doutorado em Educação) - FEUSP, São Paulo, 2005.
- CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.
- CASTELLANI FILHO, Lino. **Educação Física no Brasil: a história que não se conta**. Campinas: PAPIRUS, 1988.
- CLIMACO, Josiane Cristina. **Cultura corporal e Matrizes Africanas: proposição crítico superadora para o ensino da dança na formação de professores de Educação Física**. 2022. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/36930/1/TESE_JOSIANE_CRISTINA_CLIMACO.pdf
- CLIMACO, Josiane Cristina. **Cultura corporal e as contribuições das matrizes africanas**. In: TAFFAREL, Celi Nelza Zulke et al. (Orgs.). 30 anos da obra Metodologia do Ensino da Educação Física: a história e as possibilidades crítico-superadoras (1992-2022). São Carlos: Pedro & João Editores, 2025. pp. 157 175. Disponível em: <https://pedrojoaoeditores.com.br/produto/30-anos-da-obra-metodologia-do-ensino-da-educacao-fisica-a-historia-e-as-possibilidades-critico-superadoras-1992-2022/>
- COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do Ensino da Educação Física**. São Paulo: Cortez, 1992.
- DAMIANI, Cassia. **Contradições e tendências para a institucionalização de uma política de Estado de Esporte no Brasil – 2003-2025**. 2021, 587f. Tese (Doutorado em Ciência do Movimento Humano) - Programa de Pós-Graduação em Ciência do Movimento Humano. Faculdade de Educação Física, Fisioterapia, Dança. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2021.
- DAVIS, Angela. **Mulher, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- ENGELS, Friedrich. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. São Paulo: Boitempo, 2019.
- FERNANDES, Florestan. **Do protesto negro à revolução brasileira**. São Paulo: Expressão Popular, 2017
- FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes: o legado da “raça branca”**. 5. ed. São Paulo: Globo, 2008 [1964], v. 1.
- GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. **Educação Física progressista**. São Paulo: Loyola, 1988.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HUNGARO, Marcelo. A Educação Física e a tentativa de “deixar de mentir”: o projeto de “intenção de ruptura”. In: MEDINA, J. P. S. **A Educação Física cuida do corpo... e “mente”: novas contradições e desafios do século XXI**. 25. ed. Campinas: Papius, 2010.

- IBGE. Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero/20163-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html> Acesso em: 25 maio. 2026.
- LEONTIEV, Aleksei Nikolaievitch. O homem e a cultura. In: ADAM, Y (et al.). Desporto e desenvolvimento humano. Lisboa: Seara Nova, 1977.
- LEONTIEV, Aleksei Nikolaievitch. Atividade. Consciência. Personalidade. Bauru, SP: Mireveja, 2021.
- LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- LUXEMBURGO, Rosa. O Militarismo: Campo de acumulação do capital. **A Verdade**. Nº 111. Novembro de 2022. Pp. 50-63
- MARINHO, Inezil Penna. **História da Educação Física**. São Paulo: Cia. Brasil, [19--].
- MARX, Karl. **Formações econômicas pré-capitalistas**. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1977.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MARX, Karl. **O Capital. Livro I**. São Paulo. Boitempo, 2013. **O Capital. Livro II**. São Paulo. Boitempo, 2014; **O Capital. Livro III**. São Paulo. Boitempo, 2017.
- MANACORDA, Mario. **Marx e a pedagogia moderna**. São Paulo: Cortez, 1991.
- MEDINA, João Paulo Subirá. **A Educação Física cuida do corpo... e “mente”**. Campinas, SP: Papirus, 1983.
- MEDINA, João Paulo Subirá. **A Educação Física cuida do corpo... e “mente”: novas contradições e desafios do século XXI**. 25. ed. Campinas, SP: Papirus, 2010.
- MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.
- MELO, M. P. **Esporte e dominação burguesa no século XXI: a agenda dos organismos internacionais e sua incidência nas políticas de esportes no Brasil de hoje**. 2011. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.
- MONTORO, Xabier. **A Capitalismo e Economia Mundial: bases teóricas e análises empíricas para a compreensão dos problemas econômicos do século XXI**. São Paulo: Nova Palavra e Hucitec, 2023.
- MOURA, Clovis, **Quilombos: Resistência ao escravismo**. São Paulo. Expressão Popular, 2020.
- MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Ática, 1988. 250 p. (Série Fundamentos, v. 34)
- MOURA, Clóvis. Escravismo, Colonialismo, Imperialismo e Racismo. **Revista Afro Ásia**, Salvador, n. 14, 1984. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/issue/view/1448/showToc>. Acesso em: 31/05/26.
- MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. In: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. *Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira*. Brasília: MEC/SECAD, 2004. p. 15-34.
- NASCIMENTO, Abdias, **O Quilombismo. documentos de uma militância Pan-Africanista**. Petrópolis: Vozes, 1980.
- NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1978.
- NEIRA, Marcos Garcia. **Educação Física cultural: inspiração e prática pedagógica**. 2. ed. Jundiaí: Paco Editorial, 2019.
- NEIRA, Marcos Garcia; NUNES, Mário Luiz Ferrari. **Educação Física, currículo e cultura**. São Paulo: Phorte, 2009.

NOZAKI, Hajime Takeuchi. **Educação física e reordenamento no mundo do trabalho**: mediações da regulamentação da profissão. 2004. 383 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.

OLIVEIRA, Vitor Marinho. **O que é educação Física?** São Paulo: Brasiliense, 1983.

OLIVEIRA, Antônio Sergio Francisco. Inezil Penna Marinho. **História da Educação Física**: (1940-1959). Vitória/ES: Dissertação (Mestrado). 135f. Universidade Federal do Espírito Santo. Programa de Pós-Graduação em Educação Física, 2012.

SANCHEZ GAMBOA, Silvio Ancisar. **Epistemologia da pesquisa em educação**. Estruturas lógicas e tendências metodológicas. 1987. 229f. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. Campinas/SP: Disponível em : <http://repositorioslatinoamericanos.uchile.cl/handle/2250/1343713> . Acesso em: 31 de maio de 2026.

SAVIANI, Demerval. **Do senso comum à consciência filosófica**. Campinas/SP: Autores Associados, 19ª Ed, 2013.

SILVA, Rossana Valéria de Souza e. **Pesquisa em Educação Física**: Determinações históricas e implicações epistemológicas. 1997. 279f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação., Campinas, SP. Disponível em: Terminal RI - Sophia Biblioteca Web. Acesso em: 31 de maio de 2026.

SILVA, Ivson Conceição. **Crítica ontológica à fragmentação das premissas teóricas e programáticas na produção e circulação do conhecimento em Educação Física no estado da Bahia**. 2021, 312f. Tese (doutorado). Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação. Salvador/BA. Disponível: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/34157>

SILVA, Régis Henrique dos Reis; GAMBOA, Sílvia Ancizar Sánchez. Do esquema paradigmático à matriz epistemológica: sistematizando novos níveis de análise. ETD - **Educação Temática Digital**, Campinas, SP, v. 16, n. 1, p. 48–66, 2014. DOI: 10.20396/etd.v16i1.1329. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/1329> . Acesso em: 1 jun. 2026.

SOARES. Carmem Lucia. **Educação Física: Raízes europeias e Brasil**. Campinas/SP: Autores Associados, 2007.

TAFFAREL, Celi Nelza Zülke; ESCOBAR, Micheli Ortega. Cultura Corporal e os dualismos necessários à ordem do capital, pp. 21-35. In: SILVA, M. C. de P.; TEIXEIRA, TAFFAREL, Celi; HACK, Cassia; ALBUQUERQUE, Joelma; MORSCHBACHER, Márcia. Nelza Zulke et al. (Orgs.). **30 anos da obra Metodologia do Ensino da Educação Física: a história e as possibilidades crítico-superadoras (1992-2022)**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2025a. pp. 157 175.

WALSH, Catherine. Interculturalidad crítica y educación intercultural. In: VIAÑA, Jorge; TAPIA, Luis; WALSH, Catherine (org.). **Construyendo interculturalidad crítica**. La Paz: Instituto Internacional de Integración del Convenio Andrés Bello, 2009. p. 75-96.

WOOD, Ellen Meiksins; FOSTER, John Bellamy **Em defesa da história**: Marxismo e pós-modernismo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 1999. 216p.

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra capitalismo**: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2003.

NOTAS DE AUTOR

AGRADECIMENTOS – não se aplica

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA - não se aplica

FINANCIAMENTO

APOIO DO CNPQ Processo: 304192/2024-4 Modalidade/Nível: PQ-A Edital/Chamada: Chamada CNPq Nº 18/2024 - Bolsas de Produtividade em Pesquisa - Processo: 408548/2024-0. Modalidade: Grupo Emergente Chamada CNPq/MCTI/FNDCT Nº 44/2024 – UNIVERSAL

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM – não se aplica

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – não se aplica

CONFLITO DE INTERESSES

A autoria entende não haver conflito de interesses.

LICENÇA DE USO

Os autores cedem à **Motrivivência - ISSN 2175-8042** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution Non-Comercial ShareAlike](#) (CC BY-NC SA) 4.0 International. Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, desde que para fins **não comerciais**, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico desde que adotem a mesma licença, **compartilhar igual**. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico, desde que para fins **não comerciais e compartilhar com a mesma licença**.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Educação Física. LaboMídia - Laboratório e Observatório da Mídia Esportiva. Publicado no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Mauricio Roberto da Silva, Giovani De Lorenzi Pires, Rogério Santos Pereira.

EDITOR DE SEÇÃO

Mauricio Roberto da Silva

REVISÃO DO MANUSCRITO E METADADOS

Giovani De Lorenzi Pires

HISTÓRICO

Recebido em: 14/06/2026

Aprovado em: 10/07/2026

Publicado em: 01/10/2026